



Concurso Público para provimento dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Anápolis – GO

ANALISTA ADMINISTRATIVO – DIREITO

CADERNO DE QUESTÕES

28/01/2024

| DISCIPLINA | QUESTÕES |
|---|----------|
| Língua Portuguesa | 01 a 10 |
| Raciocínio Lógico e Matemático | 11 a 20 |
| Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Anápolis | 21 a 25 |
| Noções de Informática | 26 a 30 |
| Legislação | 31 a 40 |
| Conhecimentos Específicos do Cargo | 41 a 60 |
| Prova Discursiva | - |

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Corações puros não se corrompem.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Leia a tirinha a seguir.



DAVIS, Jim. *Garfield*. Folha de São Paulo: São Paulo. 11 out. 2004. E9.

O sentido geral dessa tira é construído com base no emprego

- (A) da função apelativa da linguagem.
- (B) do verbo de ligação no terceiro quadrinho.
- (C) do sintagma “com pouca gordura”.
- (D) do substantivo polissêmico “gato”.

Leia o Texto 1 para responder às questões de **02** a **04**.

Texto 1

A reinvenção da vírgula

No começo de 1902, Machado de Assis ficou desesperado por causa de um erro de revisão no prefácio da segunda edição de suas Poesias completas. Dizem que chegou a se ajoelhar aos pés do Garnier implorando para que o editor tirasse o livro de circulação. O aristocrático e impoluto Machado, quem diria. Mas a gralha era mesmo feia. O tipógrafo trocou o “e” por “a” na palavra “cegara”, o revisor deixou passar, e vocês imaginam no que deu.

No nosso caso, o erro não foi nada de mais, nem erro foi, para falar a verdade, apenas um acréscimo besta de pontuação, talvez dispensável, ainda que de modo algum incorreto. Vai o revisor, fiel à ortodoxia da gramática normativa, e espeta duas vírgulas para isolar um adjunto adverbial deslocado, coisa de pouca monta, diria alguém, mas suficiente para o autor sair bradando aos quatro ventos que lhe roubaram o ritmo da sentença. Um editor experiente traria um cafezinho bem doce, a conter o ímpeto dramático do autor de primeira viagem, talvez caçoando, “deixa de onda”, a lembrá-lo – valha-me Deus! – que ele não é nenhum Bruxo do Cosme Velho*. E assim lhe cortando as asas antes do voo.

*Referência à Machado de Assis. Disponível em

<https://jornal.usp.br/artigos/a_reinvencao_da_virgula/>. Acesso em: 13 dez. 2023. [Adaptado].

QUESTÃO 02

No trecho “Vai o revisor, fiel à ortodoxia da gramática normativa, e espeta duas vírgulas para isolar um adjunto adverbial deslocado”, o emprego da palavra destacada atribui sentido

- (A) crítico ao trecho, sugerindo que as orientações da norma-padrão sobre o emprego de vírgulas é algo confuso.
- (B) elogioso ao trecho, explicitando que o autor do texto revisado ficou agradecido a quem colocou as vírgulas.
- (C) humorístico ao trecho, indicando que o texto de que faz parte concretiza o gênero textual anedota.
- (D) irônico ao trecho, mostrando que a colocação das vírgulas foi algo desagradável para o autor do texto revisado.

QUESTÃO 03

No primeiro período do texto, a vírgula é utilizada com a finalidade de

- (A) deixar implícita uma forma verbal.
- (B) indicar um trecho explicativo.
- (C) isolar um aposto temporal.
- (D) isolar um adjunto adverbial.

QUESTÃO 04

No texto, o enunciador utiliza a expressão “Bruxo do Cosme Velho” como uma referência à Machado de Assis. Esse recurso de coesão textual, que consiste no emprego de uma palavra ou expressão para qualificar um referente, é denominado

- (A) elipse.
- (B) epíteto.
- (C) nominalização.
- (D) sequenciação.

RASCUNHO

Leia o Texto 2 para responder às questões 05 e 06.

Texto 2

A ciência e a tecnologia como estratégia de desenvolvimento

Apesar dos seus feitos extraordinários, a ciência enfrenta uma crise de legitimação social no mundo todo. Existe uma descrença do cidadão comum no conhecimento técnico e científico e, mais do que isso, um certo orgulho da própria ignorância sobre vários temas complexos. Vários fenômenos sociais recentes, como o movimento antivacinação ou mesmo a desconfiança sobre o aquecimento global, apesar de todas as evidências científicas em contrário, são exemplos dessa descrença.

IPEA, Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. *A ciência e a tecnologia como estratégia de desenvolvimento*. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2023. [Adaptado].

QUESTÃO 05

Embora não haja conectivos que evidenciem uma relação sintática entre os dois primeiros períodos do texto, é possível identificar que o segundo período estabelece com o primeiro uma relação semântica de

- (A) causalidade.
- (B) concessão.
- (C) condição.
- (D) contradição.

QUESTÃO 06

No texto, a estrutura “mais do que isso” funciona como um organizador textual que colabora na construção da progressão temática com a finalidade de

- (A) contradizer a ideia anterior.
- (B) estabelecer uma comparação.
- (C) introduzir uma causa.
- (D) retificar uma proposição.

Leia o Texto 3 para responder às questões de 07 a 09.

Texto 3

Os cinco sentidos

Os sentidos são dispositivos para a interação com o mundo externo que têm por função receber informação necessária à sobrevivência. É necessário ver o que há em volta para poder evitar perigos. O tato ajuda a obter conhecimentos sobre como são os objetos. O olfato e o paladar ajudam a catalogar elementos que podem servir ou não como alimento. O movimento dos objetos gera ondas na atmosfera que são sentidas como sons.

As informações, baseadas em diferentes fenômenos físicos e químicos, apresentam-se na natureza de formas muito diversas. Os sentidos são sensores cujo desígnio é perceber, de modo preciso, cada tipo distinto de informação. A luz é parte da radiação magnética de que estamos rodeados.

Essa radiação é percebida através dos olhos. O tato e o ouvido baseiam-se em fenômenos que dependem de deformações mecânicas. O ouvido registra ondas sonoras que se formam por variações na densidade do ar, variações que podem ser captadas pelas deformações que produzem em certas membranas. Ouvido e tato são sentidos mecânicos. Outro tipo de informação nos chega por meio de moléculas químicas distintas que se desprendem das substâncias. Elas são captadas por meio dos sentidos químicos, o paladar e o olfato. Esses se constituem nos tradicionais cinco sentidos que foram estabelecidos já por Aristóteles.

SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da linguagem e pensamento*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

QUESTÃO 07

O texto explica o que são os cinco sentidos e apresenta sua importância para a sobrevivência humana. Para isso, estrutura-se, predominantemente, por meio de sequências textuais

- (A) argumentativas.
- (B) expositivas.
- (C) dialogais.
- (D) injuntivas.

QUESTÃO 08

No período “É necessário ver o que há em volta para poder evitar perigos”, do primeiro parágrafo do texto, as palavras destacadas classificam-se, respectivamente, como:

- (A) pronome demonstrativo e pronome relativo.
- (B) pronome oblíquo e conjunção integrante.
- (C) pronome oblíquo e pronome relativo.
- (D) pronome demonstrativo e conjunção integrante.

QUESTÃO 09

O texto permite perceber que a autora

- (A) desconsidera a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.
- (B) ratifica a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.
- (C) rejeita a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.
- (D) ressignifica a classificação dos sentidos proposta por Aristóteles.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

Porta de colégio

Passando pela porta de um colégio, me veio a sensação nítida de que aquilo era a porta da própria vida. Banal, direis. Mas a sensação era tocante. Por isso, parei, como se precisasse ver melhor o que via e previa.

Primeiro há uma diferença de clima entre aquele bando de adolescentes espalhados pela calçada, sentados sobre carros, em torno de carrocinhas de doces e refrigerantes, e aqueles que transitam pela rua. Não é só o uniforme. Não é só a idade. É toda uma atmosfera, como se estivessem ainda dentro de uma redoma ou aquário, numa bolha, resguardados do mundo. Talvez não estejam. Vários já sofreram a pancada da separação dos pais. Aprenderam que a vida é também um exercício de separação. Um ou outro já transou droga, e com isso deve ter se sentido (equivocadamente) muito adulto. Mas há uma sensação de pureza angelical misturada com palpitação sexual, que se exhibe nos gestos sedutores dos adolescentes. Onde estarão esses meninos e meninas dentro de dez ou vinte anos?

Disponível em: <<https://veredasdalngua.blogspot.com/2013/04/texto-porta-de-colegio-affonso-romano.html>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

O texto acima, considerada sua funcionalidade, sua estrutura composicional e seu tema, concretizando o gênero textual conhecido como

- (A) artigo de opinião.
- (B) carta do leitor.
- (C) crônica.
- (D) editorial.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 11

De acordo com o censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Goiás aumentou 17,5% no período de 2010 a 2022. Sabendo-se que a população de Anápolis em 2010 era de 334.623 habitantes e supondo que a cidade tenha crescido segundo a mesma taxa de crescimento do estado, qual era a população de Anápolis em 2022?

- (A) 393.182 habitantes.
- (B) 393.972 habitantes.
- (C) 394.162 habitantes.
- (D) 394.752 habitantes.

QUESTÃO 12

Em uma urna há nove bolas brancas, dez bolas pretas e onze bolas verdes. Quantas bolas, no mínimo, devem ser retiradas para que se tenha certeza de que serão obtidas duas bolas da mesma cor?

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.

QUESTÃO 13

Uma criança possui 9 bolinhas brancas, 12 bolinhas pretas e 21 bolinhas amarelas. Ela organizará as bolinhas em caixas, de modo que cada caixa tenha o mesmo número de bolinhas e cada cor fique igualmente distribuída nas caixas. Se ela deve usar a quantidade máxima de caixas possíveis para isso, qual a soma das quantidades de bolinhas brancas, pretas e amarelas que ficarão em cada caixa?

- (A) 3.
- (B) 7.
- (C) 10.
- (D) 14.

RASCUNHO**QUESTÃO 14**

Sabe-se que para produzir uma unidade de queijo, pesando 1 kg, são necessários 10 litros de leite. Um produtor de queijo possui sete vacas leiteiras que dão a ele 30 litros de leite por dia. Supondo que esses números se mantenham por quinze dias, quantas unidades de queijo podem ser produzidas nesse período?

- (A) 310.
- (B) 315.
- (C) 320.
- (D) 325.

QUESTÃO 15

Um carro é vendido de acordo com as seguintes condições:

1. À vista por R\$123.590,00;
2. Entrada de 74.154,00 e segunda parcela, após um mês, de R\$52.017,00.

Qual é, aproximadamente, a taxa de juros aplicada pela loja na opção 2?

- (A) 5,0% ao mês.
- (B) 5,2% ao mês.
- (C) 5,4% ao mês.
- (D) 5,6% ao mês.

QUESTÃO 16

Sabe-se que o número máximo de fios de cabelo que uma pessoa pode ter na cabeça é 150.000. Quantos moradores de Anápolis, pelo menos, possuem o mesmo número de fios de cabelo na cabeça, se essa cidade possui 391.772 habitantes?

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 9.
- (D) 14.

RASCUNHO

QUESTÃO 17

Observe a tabela a seguir.

| Mês | jan. | fev. | mar. | abr. | mai. | jun. | jul. | ago. | set. | out. | nov. | dez. |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Mínima | 19 | 19 | 19 | 18 | 17 | 15 | 15 | 16 | 18 | 19 | 19 | 19 |
| Máxima | 27 | 27 | 27 | 28 | 27 | 27 | 27 | 29 | 30 | 29 | 27 | 26 |

A tabela acima representa uma série histórica, que se refere às temperaturas mínimas e máximas médias, em graus Celsius, durante o ano em Anápolis. A diferença entre as medianas, em valor absoluto, das temperaturas mínimas e máximas médias, é igual a

- (A) 6,0.
- (B) 7,0.
- (C) 8,5.
- (D) 9,5.

QUESTÃO 18

Uma urna contém uma bola branca, três bolas pretas e três bolas azuis. Duas bolas serão retiradas ao acaso e sem reposição. Qual a probabilidade de que as duas bolas não sejam da mesma cor?

- (A) $\frac{2}{7}$
- (B) $\frac{3}{7}$
- (C) $\frac{4}{7}$
- (D) $\frac{5}{7}$

QUESTÃO 19

Qual a negação da afirmação: "Se ela é anapolina, então é goiana"?

- (A) Ela é anapolina e não é goiana.
- (B) Ela é anapolina ou não é goiana.
- (C) Ela não é anapolina e é goiana.
- (D) Ela não é anapolina ou é goiana.

RASCUNHO**QUESTÃO 20**

Qual é o próximo termo da sequência: 1, 7, 25, 79, ...?

- (A) 239.
- (B) 241.
- (C) 243.
- (D) 245.

RASCUNHO

QUESTÃO 21

A República Federativa do Brasil constituiu-se como um Estado Democrático de Direito, o qual se caracteriza por

- (A) ignorar as normas legais estabelecidas, agindo de forma arbitrária.
- (B) priorizar os interesses individuais, favorecendo práticas patrimonialistas.
- (C) garantir a igualdade de todos perante a lei, respeitando os direitos fundamentais.
- (D) permitir a concentração de poderes nas mãos de um órgão governamental.

QUESTÃO 22

Leia o texto a seguir.

A abreviação TICCA se refere a Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais. Essas áreas e territórios também são conhecidos como territórios de vida, onde vivem comunidades e grupos de pessoas que possuem forte conexão com o local.

Disponível em:

<<https://tonomapa.org.br/ticcas/#:~:text=A%20abrevia%C3%A7%C3%A3o%20TICCAse%20se%20refere,forte%20conex%C3%A3o%20com%20o%20local>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Um exemplo de Território e Área Conservada por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (TICCA) e Locais situado no estado de Goiás é

- (A) a terra indígena Krenak.
- (B) a terra indígena Munduruku.
- (C) o território quilombola de Tapuio.
- (D) o território quilombola Kalunga.

QUESTÃO 23

Leia o texto a seguir.

O Cerrado é o segundo maior bioma terrestre do país. Ocupa cerca de 22% do território nacional, alcançando as cinco regiões brasileiras.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/11/28/Por-que-%C3%A9-importante-conservar-a-vegeta%C3%A7%C3%A3o-do-Cerrado?posicao-centro=1>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Além de Goiás, o cerrado também está presente no estado do

- (A) Maranhão.
- (B) Amazonas.
- (C) Rio de Janeiro.
- (D) Rio Grande do Sul.

QUESTÃO 24

As políticas governamentais promovem práticas sustentáveis de acesso à energia, à equidade social e à mitigação de desafios ambientais, por meio

- (A) do estabelecimento de políticas públicas ambientais sem considerar aspectos sociais.
- (B) da promoção de incentivos para energias limpas e programas de acesso equitativo para regiões carentes.
- (C) da regulamentação de leis que permitem o aumento das emissões de gases de efeito estufa.
- (D) do fornecimento de subsídios financeiros para o desenvolvimento de energias não renováveis.

QUESTÃO 25

O *machine learning* é uma ferramenta crucial no desenvolvimento tecnológico contemporâneo e tem um impacto significativo no meio social, pois

- (A) restringe o acesso tecnológico, tornando as operações mais complicadas para os usuários.
- (B) opera de forma analógica, processando informações de maneira contínua e fluida, sem depender da digitalização dos dados.
- (C) afeta a dinâmica de inovação, tornando as tecnologias existentes mais estáticas e menos flexíveis.
- (D) permite que sistemas reconheçam padrões e tomem decisões com base em dados, influenciando a personalização de serviços.

RASCUNHO

QUESTÃO 26

Extensões de arquivos diferenciam os tipos de arquivos e indicam a codificação do seu conteúdo. São exemplos de duas extensões próprias aos arquivos de imagens:

- (A) PNG e CSV.
- (B) BMP e PDF.
- (C) EPS e PHP.
- (D) GIF e JPG.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

Um usuário do sistema Windows, que até então residia em Brasília-DF, recebeu uma proposta para trabalhar em Cuiabá-MT. Após se mudar, percebeu um problema de configuração no Windows, pois era exibido o horário da sua antiga cidade.

Sabendo que a configuração de fuso horário para Brasília no Windows é UTC-03:00, e que Cuiabá está no fuso horário imediato à esquerda de Brasília no mapa, a configuração de fuso horário deve ser ajustada para

- (A) UTC-01:00.
- (B) UTC-02:00.
- (C) UTC-04:00.
- (D) UTC-05:00.

QUESTÃO 28

Seja um arquivo com extensão DOC, cujo conteúdo é o próximo livro de um promissor escritor de manuscritos de ficção científica. O editor do livro solicitou ao escritor um arquivo ZIP com o conteúdo do livro. Uma característica típica para arquivos ZIP gerados a partir de arquivos DOC é

- (A) ter tamanho em bytes inferior ao arquivo original.
- (B) ser a versão do documento assinada digitalmente.
- (C) ter compatibilidade com qualquer editor de texto.
- (D) ser a versão do documento adequada à impressão.

RASCUNHO**QUESTÃO 29**

Ao editar um texto editorial, o autor deparou-se com a demanda para que, em vários locais no texto do arquivo, haja acessos diretos a páginas da Web e a outros arquivos. Uma forma simples e objetiva para lidar com esse intento é

- (A) acrescentar capitulares.
- (B) adicionar hiperlinks.
- (C) incluir objetos online.
- (D) inserir referências cruzadas.

QUESTÃO 30

Leia o texto a seguir.

Um usuário está desenvolvendo uma planilha eletrônica no Excel, a qual possui conteúdo textual em várias de suas células. Uma das necessidades é ter buscas por palavras específicas e existentes nessas células, mas sem diferenciar letras maiúsculas de letras minúsculas nas buscas.

Uma função para suprir essa necessidade é

- (A) LOCALIZAR.
- (B) ESCOLHER.
- (C) PROCURAR.
- (D) ENCONTRAR.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Nos termos da Lei nº 8.429/1992, com as alterações feitas pela Lei nº 14.230/2021, consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11. Assim, conforme previsão do artigo 11, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por

- (A) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio ou de terceiros.
- (B) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (C) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (D) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

QUESTÃO 32

A Lei nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública, estabelece regras de restrição a certas informações, observado o teor e em razão da imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado. Tais informações sensíveis poderão ser classificadas como ultrassecreta, secreta ou reservada e podem ser restritas, com amparo no dispositivo constitucional supra. Ao disciplinar a restrição de acesso por meio da classificação de informações, a Lei de Acesso à Informação estabeleceu hipóteses de restrição. Estão sujeitas à classificação, portanto, as informações que possam

- (A) prejudicar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, não abrangendo sistemas, bens e instalações de interesse estratégico nacional.
- (B) comprometer atividades de inteligência, investigação em andamento, relacionadas a infrações que envolvam exclusivamente agentes públicos.
- (C) colocar em risco a condução de relações internacionais do país, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por organismos internacionais.
- (D) expor informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil.

QUESTÃO 33

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel da União, Estados-Membros, municípios e Distrito Federal, cujos entes possuem competências instituídas pela Constituição Federal de 1988. O texto constitucional as divide em legislativas ou processuais, não-legislativas ou materiais. De acordo com o que está disposto no Título III da Organização do Estado, a competência legislativa dos entes federativos, trata-se daquela constitucionalmente definida para elaborar leis, distribuídas entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com a matéria, podendo ser privativa, exclusiva ou concorrente. Nesses termos, a competência legislativa concorrente da União pode ser

- (A) assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios e se refere à possibilidade de elaboração de normas gerais, instituídas no artigo 24 da Constituição Federal.
- (B) suplementada pelos Estados e Distrito Federal, configurando repartição vertical de competência, conforme o artigo 24 da Constituição Federal.
- (C) delegada, por meio de lei ordinária, aos Estados e ao Distrito Federal, para assuntos que demandam tratamento uniforme, nos termos do artigo 21 da Constituição Federal.
- (D) exercida pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, caracterizando divisão vertical de competência, de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal.

QUESTÃO 34

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece em suas normas gerais, a Administração Pública direta e indireta, bem como elenca disposições sobre servidores públicos. Especificamente sobre a investidura dos agentes públicos, os incisos I e II do dispositivo legal assegura que a investidura em cargo ou emprego público é acessível

- (A) a todas as pessoas após aprovação em concurso público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, sem exceções ou ressalvas.
- (B) às pessoas com deficiência, de acordo com percentual reservado em lei, salvo funções de confiança, que terá critérios específicos de admissão.
- (C) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, quando houver lei expressamente autorizando.
- (D) aos servidores efetivos, somente, em cargos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade excepcional e temporária do Poder Público.

QUESTÃO 35

Leia o texto a seguir sobre a definição de atos administrativos.

“[...] toda manifestação unilateral de vontade da Administração, ou de quem lhe faça as vezes, que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados, passível de reapreciação pelo Poder Judiciário”.

SPITZCOVSKY, Celso. *Esquematizado – Direito Administrativo*. 5 ed. Editora Saraiva, 2022.

Conforme exposto no texto, as espécies dos atos administrativos se diferenciam pelo conteúdo do ato emanado. Dessa forma, são espécies de atos administrativos os punitivos, os enunciativos, os ordinatórios, os normativos e os negociais. Os últimos – atos negociais – são indispensáveis à manifestação de vontade da Administração Pública. Mediante o exposto, quanto ao conceito e aplicabilidade dos atos administrativos negociais, eles são entendidos como aqueles

- (A) em que a Administração Pública se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir opinião sobre determinado assunto, no exercício de função consultiva.
- (B) que representam uma declaração de vontade do poder público coincidente com a pretensão do particular, que venham também a preservar os interesses da coletividade.
- (C) que contêm uma sanção aos que descumprirem normas legais ou administrativas, quando a Administração Pública faz uso do seu poder hierárquico.
- (D) cujos ajustes são fixados de acordo com condições estabelecidas bilateralmente pela própria Administração e pelo particular contratante.

QUESTÃO 36

A anulação trata-se da forma de desfazimento dos atos administrativos nas situações em que são verificadas ilegalidades. Nesse sentido, a Lei nº 9.784/1999 estabelece ao administrador a perspectiva de anular seus próprios atos. A anulação de atos gera efeitos jurídicos para a Administração Pública e os administrados. Assim, uma vez anulados os atos administrativos, seus efeitos

- (A) retroagem à data da declaração da nulidade, não garantindo legalidade e aplicabilidade aos atos administrativos anteriormente praticados.
- (B) geram direitos ou obrigações para as partes, apesar de não criar situações jurídicas definitivas, admitindo-se sua convalidação.
- (C) prevalecem, após a anulação, em todos os casos, quando há prejuízo comprovado sobre direitos dos administrados.
- (D) preservam os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé, sob pena de violação do princípio da segurança jurídica.

QUESTÃO 37

Leia o caso a seguir.

Uma servidora pública efetiva da Câmara Municipal de Anápolis, adquiriu, durante o exercício do cargo público, imóveis de luxo em condomínio horizontal de alto padrão nos arredores da cidade. Ao declarar seus bens, foi possível constatar que os imóveis adquiridos são avaliados em valores bem superiores à evolução de seu patrimônio e da sua renda.

Juridicamente, tendo como base as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), em tese, ela praticou

- (A) ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, cujas sanções consistem em perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e, quando for o caso, ressarcimento integral do dano.
- (B) falta disciplinar e ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, ambos puníveis com pena de demissão, sem possibilidade de reversão, ainda que tenha declarado os bens.
- (C) ato de improbidade administrativa por dano causado ao Erário, cujas sanções, consistem em ressarcimento integral do dano, demissão, multa civil e cassação dos direitos políticos.
- (D) falta disciplinar, punível com sanção administrativa de suspensão de cento e vinte dias, mas não praticou ato de improbidade administrativa, pois não se trata de enriquecimento ilícito, uma vez que declarou os bens.

RASCUNHO

QUESTÃO 38

Leia o texto a seguir.

Com efeito, as várias competências previstas na Constituição para a União, Estados e Municípios são distribuídas entre seus respectivos órgãos, cada qual dispondo de determinado número de cargos criados por lei, que lhes confere denominação própria, define suas atribuições e fixa o padrão de vencimento ou remuneração. [...] Durante muito tempo, essa unidade de atribuições correspondia ao cargo e era atribuída ao funcionário público sob regime estatutário. Quando se passou a aceitar a possibilidade de contratação de servidores sob o regime da legislação trabalhista, a expressão “emprego público” passou a ser utilizada, paralelamente à “cargo público”, também para designar uma unidade de atribuições, distinguindo-se uma da outra pelo tipo de vínculo que liga o servidor ao Estado.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. *Direito Administrativo*. 36 ed. Grupo GEN, 2023.

A partir das considerações acima, a Administração Pública passou a adotar dois regimes jurídicos distintos, dependendo da categoria de agentes públicos, quais sejam, estatutário ou celetista. Nestes termos, a Administração Pública pode adotar regime jurídico

- (A) estatutário aos servidores da União, Estados e Municípios, bem como aos particulares em exercício de função pública.
- (B) celetista aos servidores públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) celetista aos servidores que ocupam cargos públicos, tanto na Administração Pública Direta ou Indireta.
- (D) estatutário aos empregados públicos, que possuem vínculo empregatício com qualquer ente estatal.

RASCUNHO**QUESTÃO 39**

A Lei Orgânica do Município de Anápolis estabelece no Art. 45 as disposições sobre a instalação, funcionamento e poderes das Comissões Especiais de Inquérito na Câmara Municipal. Nos termos do referido texto legal, tais Comissões terão poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de

- (A) 2/3 de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo indefinido, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (B) 1/3 de seus membros, para a apuração de fato determinado e por indefinido, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Poder Judiciário, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (C) 1/3 de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (D) 2/3 de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Poder Judiciário para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

QUESTÃO 40

Segundo disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, vereadores são agentes políticos, que exercem mandato legislativo eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto. Desde a posse, nos termos ao Art. 68 do Regimento, nenhum vereador poderá

- (A) adquirir propriedade imóvel, superior a cinquenta hectares, fora da circunscrição do Município de Anápolis, no qual deve obrigatoriamente residir.
- (B) ocupar cargo, função ou emprego, que seja efetivado por aprovação em concurso público, nas entidades da Administração Pública direta ou indireta federais e estaduais.
- (C) deixar de patrocinar causa em que seja interessada autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sempre que convocado.
- (D) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.

QUESTÃO 41

Aos portugueses com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. Já aos originários de países de língua portuguesa que queiram se naturalizar, é necessário ter residência por um período de

- (A) um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (B) dois anos ininterruptos e idoneidade moral.
- (C) três anos ininterruptos e sem condenação penal.
- (D) quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

QUESTÃO 42

A Constituição Federal assegura garantias institucionais e funcionais aos membros do Poder Judiciário. Assim, os juízes gozam da seguinte garantia:

- (A) vitaliciedade, que, no primeiro grau, pós transcorridos três anos desde sua posse e exercício da função.
- (B) estabilidade, automaticamente, a partir da investidura no cargo.
- (C) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- (D) indisponibilidade, visto que não pode conciliar com nenhuma outra atividade remunerada.

QUESTÃO 43

O quinto constitucional é um mecanismo de democratização do Poder Judiciário. Por meio desse princípio, garante-se que um quinto das vagas de determinados Tribunais destinem-se a integrantes do sistema de Justiça que não sejam magistrados de carreira. A regra do quinto constitucional disposta na Constituição aplica-se aos

- (A) Tribunais dos Estados, Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Militar.
- (B) Tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios e Supremo Tribunal Federal.
- (C) Tribunais dos Estados, Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 44

A Suprema Corte é composta por onze Ministros, todos brasileiros natos escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeados pelo Presidente da República. Esses membros são escolhidos após aprovação da escolha pela maioria

- (A) simples do Senado Federal.
- (B) qualificada do Senado Federal.
- (C) absoluta do Senado Federal.
- (D) relativa do Senado Federal.

QUESTÃO 45

Várias teorias tentam explicar o papel desempenhado pelos direitos fundamentais. Dentre outros estudos, destaca-se a teoria dos quatro status do indivíduo perante o Estado, criada por Georg Jellinek, que apesar de elaborada no final do século XIX, ainda se mostra muito atual. Os quatro status são divididos em passivo, ativo, positivo e negativo. Em relação ao status negativo, a posição do indivíduo é

- (A) de subordinação aos poderes públicos, vinculando-se ao Estado por mandamentos e proibições.
- (B) de liberdade, podendo agir em algumas situações livre da atuação do Poder Público.
- (C) de exigir que o Estado atue positivamente, realizando uma prestação ao seu favor.
- (D) de interferir na vontade do Estado, através do exercício dos direitos políticos.

QUESTÃO 46

Na teoria do direito constitucional, o poder constituinte derivado reformador refere-se à capacidade de modificar ou emendar a Constituição de um país. Ele é subordinado ao poder constituinte originário, que é aquele que cria a primeira Constituição de um país. Contudo, há limites materiais do Poder Constituinte derivado reformador, que podem ser expressos ou implícitos. Em relação aos limites materiais expressos, pode-se citar

- (A) o conceito de família.
- (B) o piso salarial de agentes comunitários.
- (C) os direitos e garantias fundamentais.
- (D) as regras para candidaturas femininas.

QUESTÃO 47

Os direitos humanos são construídos através dos diferentes contextos históricos, se moldando às necessidades de cada época. Em 1979, um jurista chamado Karel Vasak criou uma classificação de “gerações de direitos”, baseada nos princípios da Revolução Francesa. Através da teoria geracional de Vasak é possível, portanto, distribuir os direitos humanos em primeira, segunda e terceira dimensão. São direitos fundamentais de terceira dimensão

- (A) os direitos civis e políticos.
- (B) os direitos sociais e culturais.
- (C) o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento.
- (D) o direito à democracia e ao pluralismo.

QUESTÃO 48

Os atos administrativos são espécies do gênero ato jurídico. Atos simples administrativos são aqueles que resultam da manifestação de um único órgão, seja singular ou colegiado. É um exemplo de ato simples a

- (A) nomeação do Procurador-Geral da República.
- (B) aposentadoria do servidor público.
- (C) declaração de comissão parlamentar de inquérito.
- (D) investidura de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

QUESTÃO 49

Os atributos do ato administrativo são características ou qualidades inerentes aos atos praticados pela Administração Pública. Eles são importantes para identificar e compreender a natureza e os efeitos dos atos administrativos. Dentre os atributos do ato administrativo, tem-se a presunção de legitimidade, que significa que os atos administrativos

- (A) são passíveis de execução coercitiva pela administração pública.
- (B) são dotados de coercibilidade, ou seja, podem ser impostos àqueles a quem se destinam.
- (C) são executados diretamente pela administração pública, com necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (D) são praticados em conformidade com a lei e produzem efeitos válidos.

QUESTÃO 50

Os princípios básicos da Administração Pública no Brasil norteiam o funcionamento e a atuação dos gestores públicos e promovem a confiança da sociedade nas instituições governamentais. São princípios básicos da Administração Pública, presentes no Art. 37º da Constituição Federal de 1988:

- (A) legalidade, pessoalidade, moralidade, eficiência e razoabilidade.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) publicidade, individualidade, razoabilidade, visibilidade e eficiência.
- (D) moralidade, individualidade, visibilidade, legalidade e impessoalidade.

QUESTÃO 51

O foro competente para dirimir questões relativas aos contratos realizados com a administração pública será o foro da sede da Administração nas seguintes situações:

- (A) na aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.
- (B) nos contratos realizados com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive domiciliada no exterior.
- (C) na contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo.
- (D) na licitação internacional para a aquisição de bens e serviços, cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação.

RASCUNHO

QUESTÃO 52

A licitação é um procedimento administrativo utilizado pela administração pública para a escolha da proposta mais vantajosa, visando a contratação de bens, serviços, obras ou concessões. Entre as modalidades de licitação nos termos da Lei nº 14.133/2021, temos o concurso, que é a

- (A) modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar a proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (B) modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (C) modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (D) modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

QUESTÃO 53

De acordo com o Art. 176º da Constituição Federal: “As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra”. A concessão de jazida é um ato administrativo

- (A) unilateral do Presidente da República.
- (B) unilateral do Congresso Nacional.
- (C) bilateral da Câmara dos Deputados e Senado Federal.
- (D) bilateral do Ministério de Minas e Energia.

RASCUNHO**QUESTÃO 54**

Os convênios são instrumentos jurídicos utilizados para estabelecer a cooperação entre diferentes entidades visando à consecução de objetivos de interesse público. No convênio, os interesses dos signatários são comuns. Nos contratos administrativos os interesses são opostos e contraditórios. Entre as principais diferenças entre os contratos e os convênios na administração pública, destaca-se que

- (A) o convênio é um ato bilateral com interesses antagônicos, enquanto no contrato é possível a existência de vários polos, denominados partícipes e associam-se para a execução de um objeto.
- (B) o convênio exige a criação de uma instituição de pessoa jurídica autônoma, enquanto o contrato é uma cooperação associativa, desprovida de personalidade jurídica.
- (C) o convênio, para ser firmado, não prescinde de uma licitação pública, enquanto o contrato administrativo é firmado ao fim de um processo licitatório.
- (D) o convênio não obriga a permanência da pactuação entre as partes até o fim do tempo do ajuste ou cumprimento dos interesses estabelecidos, enquanto o contrato deve prever o prazo de duração, contudo, pode ser denunciado a qualquer momento.

QUESTÃO 55

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regula o direito fundamental de acesso à informação pública. Nos termos dessa lei, quando ocorre o indeferimento do acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de

- (A) cinco dias a contar da ciência.
- (B) dez dias a contar da sua ciência.
- (C) quinze dias a contar da sua ciência.
- (D) trinta dias a contar da sua ciência.

QUESTÃO 56

Há um princípio da boa governança que corresponde ao cuidado, ao zelo pelo qual os agentes agem pela instituição que dirigem, de forma que devem estar atentos aos interesses que possam trazer benefícios de ordem econômica e financeira em busca da longevidade da própria organização. Trata-se do princípio da

- (A) transparência.
- (B) equidade.
- (C) prestação de contas.
- (D) responsabilidade corporativa (*compliance*).

QUESTÃO 57

A informação sigilosa refere-se a dados ou conhecimentos que devem ter seu acesso restrito ao público por determinado período devido à sua importância para a segurança da sociedade e do Estado. As informações sigilosas quanto ao seu grau de sigilo são: ultrassecretas, secretas e reservadas, conforme o risco que a divulgação possa proporcionar à sociedade ou ao Estado. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau de ultrassecreto, da seguinte autoridade:

- (A) governador do Estado.
- (B) presidente de sociedade de economia mista.
- (C) ministro de Estado.
- (D) presidente de autarquia.

QUESTÃO 58

A renúncia de receita refere-se à decisão consciente de um governo ou gestor público de dispensar parte da arrecadação de tributos aos quais teria direito. Isso geralmente ocorre por meio de políticas fiscais, incentivos ou benefícios concedidos a determinados setores, empresas ou atividades econômicas. Nos termos do Art. 14º da Lei Complementar nº 101/2000, uma das hipóteses de renúncia da receita é

- (A) o crédito presumido.
- (B) a concessão de isenção em caráter geral.
- (C) a alteração da base de cálculo que implique na majoração de tributos.
- (D) a alteração de alíquota que implique na redução indiscriminada de tributos.

QUESTÃO 59

A Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. Conforme essa lei, considera-se integridade a qualidade da informação que

- (A) tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo ou equipamento.
- (B) pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (C) é coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- (D) é imodificável, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

QUESTÃO 60

Podem se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/1999 no prazo mínimo de

- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

CARGO: Analista Administrativo – Direito - Superior

____ Questão 01 _____

Leia o caso a seguir.

Hipoteticamente, o Estado necessita que uma empresa de tecnologia faça um projeto de aprimoramento da urna eletrônica, que deve criar o design do produto, programar seu software e criar toda a proteção de dados necessária, considerando que será necessário um processo licitatório. Desse modo, optou pela licitação na modalidade de diálogo competitivo, conforme a Lei nº 14.133/2021.

A partir do caso hipotético apresentado, discorra sobre o conceito, o cabimento e as fases do procedimento dessa forma de licitação.

FOLHA RASCUNHO

| |
|----|
| 1 |
| 2 |
| 3 |
| 4 |
| 5 |
| 6 |
| 7 |
| 8 |
| 9 |
| 10 |
| 11 |
| 12 |
| 13 |
| 14 |
| 15 |
| 16 |
| 17 |
| 18 |
| 19 |
| 20 |
| 21 |
| 22 |
| 23 |
| 24 |
| 25 |
| 26 |
| 27 |
| 28 |
| 29 |
| 30 |